

ECONOMIA DA SUSTENTABILIDADE NO CONTEXTO DA RIO +20

Shelley Carneiro

Gerente Executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Confederação Nacional da Indústria - CNI

Abril de 2012

Confederação Nacional da Indústria - CNI

A CNI representa o alto grau de complexidade do perfil produtivo nacional. A base de representação da CNI é formada **por 27 federações estaduais, cerca de 1.300 sindicatos patronais e cerca de 600 mil indústrias**, desde micro e pequenas empresas que estão na base da pirâmide do sistema produtivo até empresas multinacionais com atuação no mercado global.

INSIGHT

Desenvolvimento Sustentável é uma busca constante.

Esse esforço é gradativo e deve ser valorizado a cada nova iniciativa. Por isso, a indústria busca cada vez mais melhorar sua eficiência, seus processos e reduzir seus impactos ambientais, sem abrir mão de gerar empregos, renda e qualidade de vida para a sociedade.

É esse **equilíbrio** que movimenta um mundo melhor.

RIO +20



14 de Junho de 2012 | Hotel Sofitel | Copacabana - RJ

800 participantes

- Empresários, associações setoriais, federações de indústria, Sistema Indústria (Sesi, Senai e IEL)
- Entidades nacionais e internacionais, congêneres parceiras e autoridades governamentais, imprensa nacional e sociedade civil

OPORTUNIDADES



- **Liderança da CNI** na mobilização do setor industrial rumo à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)
- Demonstrar os **avanços alcançados pela indústria brasileira** na área de sustentabilidade econômica/ambiental/social
- Apresentar **novas tecnologias e soluções** no pavilhão da CNI e federações na Exposição/Feira da Rio + 20
- Postura proativa da Indústria: **Compromisso pela Sustentabilidade com Transparência, Estabilidade e Competitividade**

RIO +20



FASCÍCULOS SETORIAIS

Tendências, oportunidades e desafios setoriais na agenda da Sustentabilidade:

ABAL - Alumínio

ABCP - Cimento Portland

ABIA - Indústria Alimentícia

ABIMAQ - Máquinas e Equipamentos

ABINEE - Eletroeletrônico

ABIQUIM - Indústria Química

ABIT - Indústria Têxtil

ANFAVEA - Automobilístico

BRACELPA - Papel e Celulose

CBIC - Construção Civil

FMASE - Energia

FNABF - Floresta Nativa

Fórum Nacional Sucreenergético

IABr - Siderurgia

IBRAM - Mineração

IBP - Petróleo e Gás

Devemos considerar que o desenvolvimento sustentável parte dos seguintes principais pressupostos:

- É preciso avançar na qualificação do conceito de economia verde.
- É essencial que se explicita nas deliberações o princípio da responsabilidade comum, mas diferenciada.
- É necessário reforçar os alicerces da sustentabilidade, por meio do equilíbrio entre as dimensões do crescimento econômico, da inclusão social produtiva e da proteção ambiental.
- As negociações e iniciativas internacionais de cooperação multilateral precisam, no cerne das discussões, gerar condições e mecanismos operacionais que incentivem e favoreçam a participação dos países em desenvolvimento no esforço de compatibilização entre os objetivos econômicos, sociais e ambientais.

Devemos considerar que o desenvolvimento sustentável parte dos seguintes principais pressupostos:

- A transição para padrões sustentáveis de produção e consumo exige significativo esforço de coordenação e de estabelecimento de parcerias entre as empresas e as diferentes agências e instituições envolvidas com o financiamento desse processo.
- Além dos mecanismos de financiamento, a geração e o intercâmbio de conhecimentos que permitam o efetivo acesso a tecnologias adequadas às características dos países são um aspecto essencial na perspectiva de uma transição sem crises e ruptura para padrões sustentáveis de produção e consumo nos países em desenvolvimento.

Devemos considerar que o desenvolvimento sustentável parte dos seguintes principais pressupostos:

- O estímulo ao compartilhamento de experiências entre os diversos setores da sociedade, vistos como um dos principais pilares da sustentabilidade, mostra-se como condição básica para se atingir os objetivos a serem acordados, possibilitando aperfeiçoamentos e adequações, de acordo com as realidades regionais de cada nação.
- O contexto da erradicação da pobreza por meio da inclusão social produtiva também precisa se basear nas propostas voltadas à inclusão social focadas na criação de empregos. O caráter emergencial e transitório dos programas de transferência direta de renda também deve ser reconhecido, mas os voltados para a proteção social estável e economicamente sustentável devem ser considerados prioritários.

Devemos considerar que o desenvolvimento sustentável parte dos seguintes principais pressupostos:

- A hipótese de concretização da alternativa discutida pelos países desenvolvidos de impor barreiras às importações de produtos intensivos no uso de energia, água e em emissões de gases de efeito estufa geraria novos focos de conflito comercial com os países em desenvolvimento sem qualquer benefício palpável para o enfrentamento dos desafios ambientais e daqueles associados à mudança do clima. A questão precisa estar na pauta de qualquer discussão no âmbito das organizações internacionais do comércio.

Devemos considerar que o desenvolvimento sustentável parte dos seguintes principais pressupostos:

- Na área da governança global, o cenário internacional desestimula “saltos institucionais” significativos. Aperfeiçoamentos precisam ser priorizados, tendo como eixo a criação de incentivos e a remoção de obstáculos para a transição para novos padrões de produção e consumo, principalmente nos países emergentes e em desenvolvimento. Os mecanismos internacionais de governança devem contribuir para viabilizar uma transição harmônica - interna aos países e entre eles - para novos modelos de desenvolvimento. Um aspecto transversal à questão é a necessidade de aperfeiçoamentos no que toca à medição e ao monitoramento do desenvolvimento.

Devemos considerar que o desenvolvimento sustentável parte dos seguintes principais pressupostos:

- A preservação da soberania dos países em suas opções de desenvolvimento e de compatibilização de suas metas econômicas e sociais com objetivos ambientais e associados à mudança do clima deve ser elemento central do modelo de governança global do processo, incluindo o cumprimento dos acordos internacionais dos quais os países sejam signatários e a adesão das nações ricas aos tratados internacionais celebrados no âmbito da ONU.

Devemos considerar que o desenvolvimento sustentável parte dos seguintes principais pressupostos:

- Os acordos internacionais já existentes devem ser considerados referenciais para os esforços internacionais e para as políticas domésticas relativas à sustentabilidade. O setor industrial brasileiro rejeita definições sobre novos acordos e mecanismos com potencial restritivo em relação a sua competitividade, à liberdade dos países para traçar trajetórias de desenvolvimento ou que funcionem como condição ao acesso às tecnologias e recursos financeiros. Torna-se necessário evidenciar que as restrições à competitividade dos países emergentes e em desenvolvimento têm o poder de tornar mais agudos os modelos de uso ineficiente dos recursos naturais, ao invés de revertê-los, por meio de práticas sustentáveis.

Obstáculos no Ambiente Doméstico:

- As distorções do sistema tributário brasileiro
- Os elevados custos e as dificuldades de acesso ao crédito de longo prazo no Brasil
- Os escassos instrumentos da política de P,D&I para a sustentabilidade
- A instabilidade, inadequação e administração dos marcos regulatórios
- Insuficiência e precariedade dos serviços de infraestrutura
- Os desafios da qualificação dos trabalhadores

Avanços no sistema de governança interna:

- Recursos hídricos e saneamento
- Biodiversidade e florestas
- Clima e energia
- Gestão dos Resíduos Sólidos
- Educação

Avanços da Indústria Brasileira:

- As transformações tecnológicas/ inovação e de gestão incorporadas ao processo produtivo .
- As iniciativas de divulgação de informações e transparência sobre o desempenho socioambiental das empresas.
- As práticas empresariais que trabalham o relacionamento com diversas partes interessadas de forma mais transparente e aberta ao diálogo.
- Eficiência no uso dos recursos (Energia, água, emissões e resíduos).
- Medidas de mitigação/compensação.

Avanços da Indústria Brasileira:

- As iniciativas de certificação e autorregulação desenvolvidas pelo setor privado.
- A mobilização das empresas para a pauta de sustentabilidade e um conjunto de iniciativas coordenadas pelas associações/instituições de articulação setorial.
- O surgimento de lideranças empresariais que promovem a sustentabilidade como um fator de competitividade e de gestão de excelência.

Agenda de Contribuição da Indústria Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável

- O setor produtivo nacional afirma seu compromisso de buscar a inovação e a eficiência em seus processos, garantindo que o crescimento da economia do país se dê de maneira sustentável e, nesse sentido, apóia integralmente a implementação dos robustos, efetivos e equitativos acordos obtidos no âmbito da Convenção Quatro das Nações Unidas sobre Mudança de Clima.
- A CNI apóia os resultados alcançados em Durban, em especial as atividades que serão desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho da Plataforma de Durban, e a manutenção do segundo período do Protocolo de Kyoto que, em que pese a não aderência dos países grandes emissores de gases de efeito estufa, garante a liquidez dos créditos de carbono gerados com os projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

Agenda de Contribuição da Indústria Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável

- A Confederação também apóia os países signatários da Convenção sobre Diversidade Biológica na ratificação do Protocolo de Nagoya com o propósito de unificar as regras de acesso à biodiversidade e o aperfeiçoamento dos marcos regulatórios que regem esses mercados e a transferência de tecnologias entre os países, que precisa ser lastreada e incentivada.
- Estimular a criação de mecanismos de mercado voltados aos desafios do crescimento sustentável com potencial de retorno para o setor produtivo. Aspecto transversal a essa questão é a necessidade de aprimoramento da medição e do monitoramento do desenvolvimento sustentável com bases de dados de excelência e modelos teóricos capazes de fazer dialogar de forma ponderada as várias dimensões deste desenvolvimento no campo da viabilidade econômica, da inclusão social produtiva e da proteção ambiental.

Agenda de Contribuição da Indústria Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável

- Trabalhar a representação para a criação de políticas públicas que viabilizem a transição rumo ao modelo de crescimento mais sustentável – incentivos econômicos, fiscais, tributários, políticas de crédito às mudanças de padrão tecnológico, de produção e consumo.
- Incentivar o consumo sustentável e o investimento em produção mais limpa, por meio da intensificação de parcerias que possibilitem a disseminação doméstica de tecnologias, processos e práticas.
- Trabalhar o tema sustentabilidade nas cadeias produtivas, por meio da estruturação de estratégias a partir das empresas-âncora das principais cadeias produtivas para que estas desencadeiem um conjunto de ações de promoção da sustentabilidade.

Agenda de Contribuição da Indústria Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável

- Estimular as atividades e iniciativas de sustentabilidade nas médias, pequenas e microempresas (Modelo PROCOMPI), inclusive por meio do repasse das melhores práticas observadas nos *players* setoriais, garantindo a compatibilidade entre os portes das empresas e promovendo a busca de alternativas viáveis de financiamento das novas tecnologias gerenciais e de produção em parceria com instituições como o SEBRAE.
- Como apoio à erradicação da pobreza e à melhoria do IDH brasileiro, o setor produtivo se propõe a incentivar Parcerias Público-Privadas – PPP's no setor de saneamento, a apoiar os esforços de aumento dos investimentos por meio do acompanhamento das ações do PAC e do PRODES, melhorar a eficiência na gestão das empresas de saneamento e reduzir os elevados desperdícios e estruturar agências reguladoras do setor, conforme a Lei 11.445/07.

Agenda de Contribuição da Indústria Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável

- No que toca à renda per capita ajustada pela paridade do poder de compra, atuar na implementação de políticas que busquem acelerar o ritmo de crescimento econômico com manutenção da estabilidade.
- Contribuir na promoção do desenvolvimento das regiões com maior defasagem econômica, de forma a reduzir as tensões sociais e exercer influência positiva sobre os investimentos – principalmente em infraestrutura – que ajudem a diminuir a desigualdade e o nível de concentração de renda do país, apoiando as políticas públicas que ajudem a reduzir as desigualdades de renda.

Agenda de Contribuição da Indústria Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável

- Focar em medidas que garantam a continuidade, em um ritmo mais acelerado, da melhora da escolaridade média da população brasileira, trabalhar para a universalização da educação básica com qualidade, fortalecer a educação profissional, sobretudo no âmbito do Sistema S – SENAI, Sesi e IEL -, estimular a educação continuada dentro e fora do ambiente de trabalho e apoiar o movimento “Todos pela Educação”.
- Disseminar a importância da banda larga como infraestrutura estratégica para o desenvolvimento sustentável do país, estimular o acesso de escolas e estudantes à internet e contribuir para que as políticas públicas concorram para a ampliação do acesso de domicílios à internet.
- Contribuir ativamente para a reformulação do sistema tributário.

Agenda de Contribuição da Indústria Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável

- Rever o sistema de incentivos à inovação e aos gastos com P&D do setor privado, de forma a ampliar a efetividade desses mecanismos – ampliação dos benefícios da Lei do Bem e revisão das regras de aproveitamento de créditos tributários. Fortalecer a rede brasileira de serviços técnicos, tecnológicos e de propriedade industrial. Desenvolver planos setoriais de inovação. Estimular o desenvolvimento do subsistema financeiro de apoio à inovação. Implantar os mecanismos previstos na Lei de Inovação.

Obrigado!

Shelley Carneiro

Gerente Executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade

scarneiro@cni.org.br